



## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

<b>Local:</b> Ministério do Meio Ambiente – Brasília/DF	<b>Data:</b> 17/03/09	<b>Horário:</b> 15:00-18:00
---	-----------------------	-----------------------------

**Convidado Ilustre:** Ministro Carlos Minc – Ministério do Meio Ambiente

<b>Participantes Fórum</b>	<b>Instituição/Estado</b>
1. Benedito Aparecido Carraro	Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília - CEB
2. Benjamin Valle	Secretaria Executiva Fórum
3. Edmundo Fernandes da Silva	SEINFRA-RS
4. Geoberto Espírito Santo	SEDEC-AL (Secretário de Estado)
5. Jean Paul Prates	Secretaria de Energia-RN (Secretário de Estado)
6. Joaquim Guedes Filho	Cia. de Energia Elétrica do Tocantins
7. José Ricardo Mafra Amorim	SSE-SP
8. Julio Bueno	SEDEIS-RJ (Presidente do Fórum e Secretário de Estado)
9. Maria Paula Martins	ASPE-ES
10. Manoel Rodrigues Palma	SICME-MT (Secretário de Estado)
11. Paulo Sergio Machado Ribeiro	SEDE-MG (Subsecretário de Estado)
12. Renata Cavalcanti	SEDEIS-RJ (Subsecretária de Desenvolvimento)
13. Renato Rolim	DEINFRA-CE
14. Ricardo Ferro Alves da Silva	SEME-MA (Secretário de Estado)
15. Silvano Ragno	SEINFRA-BA

<b>Participantes Convidados</b>	<b>Instituição</b>
1. Adriano Pires	Especialista em Infraestrutura do CBIE
2. Aurélio Pavão de Farias	Ministério de Minas e Energia
3. Ricardo José Queiroz	SEDEC-AL



## Pauta da Reunião

1. “Viabilidade de Empreendimentos Energéticos e a Legislação Ambiental” – Ministro Carlos Minc, Ministério do Meio Ambiente Julio Bueno, Presidente do Fórum
2. “Cenários para Precificação do Petróleo e do Gás Natural” – Adriano Pires, Especialista em Infraestrutura do Centro Brasileiro de Infraestrutura - CBIE
3. “Avaliação do Programa Luz Para Todos” – Julio Bueno, Presidente do Fórum e Aurélio Pavão, Representante do Ministérios de Minas e Energia
4. “Definição da Estrutura do Seminário de Energia Eólica” – evento a ser realizado pelo Fórum em maio de 2009

## Reunião

→ O **Ministro Carlos Minc** e o **Presidente do Fórum** fizeram a abertura da reunião e agradeceram a presença dos participantes

→ O **Presidente do Fórum** agradeceu a presença do Ministro e teceu as seguintes considerações:

- Existe uma contradição entre a quantidade de térmicas a óleo combustível que foram licenciadas nos últimos leilões de energia e as dificuldades para o licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos;
- Visão míope no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos: não avalia a bacia hidrográfica como um todo, mas projetos isolados;
- O Fórum entende que é necessário avançar na discussão da questão ambiental no Brasil considerando suas implicações sócio-econômicas.

→ O **Ministro Carlos Minc** fez as seguintes considerações:

- Ressaltou que o licenciamento ambiental das usinas de Jirau e Santo Antonio é importante para evitar o uso de térmicas a carvão e a óleo combustível;
- Citou o COMPERJ como exemplo de celeridade e seriedade do processo de licenciamento ambiental estadual;
- Existem estudos para agilizar o licenciamento de projetos hidrelétricos sob a competência do IBAMA. Como exemplo, citou que em breve será apresentado o Plano Hidrográfico da Bacia Araguaia-Tocantins, onde o licenciamento será feito para a bacia como um todo;
- Adiantou que o licenciamento de projetos de petróleo e gás não será mais por poço, mas sim por campo;
- Usinas plataformas vão ser incentivadas no Tapajós. Como exemplo, mencionou o projeto Urucu, que desmata pouco e tem programas ambientais adequados. Juntamente com as usinas plataformas, serão também incentivadas a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS);
- A Noruega irá investir US\$ 1 bilhão no Fundo Amazônia nos próximos anos;



- Comentou que está sendo feito o zoneamento agro-ecológico da produção de cana de açúcar, cujo objetivo maior é incentivar o uso da palha para gerar energia;
- No tocante à energia eólica ressaltou os seguintes pontos:
  - ✓ Os leilões de energia eólica deverão ter a exigência de nível de nacionalização de forma gradual;
  - ✓ Será avaliada a redução de IPI para energia eólica;
  - ✓ Portugal está contratando 10.000 MW de eólica, ao passo que o Brasil não tem nem 1.000 MW. Alguma coisa está errada;
- Termelétricas que usam óleo e carvão terão que compensar a emissão de CO<sub>2</sub>, de sorte que sejam internalizados os custos ambientais. Dessa forma, é possível que a eólica fique cada vez mais competitiva frente àquelas fontes energéticas;
- A usina de Belo Monte (11.000 MW) vai ser licenciada antes de agosto de 2009;
- Ressaltou que o MMA é um parceiro dos estados no processo de licenciamento ambiental;
- Convidou os Secretários de Energia para participarem da revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, o que deverá ocorrer em março de 2010. Em seguida, abriu o debate para os participantes da reunião.

→ O **Representante do Ceará** perguntou ao Ministro como poderá ser aproveitado o lixo como fonte de energia, sobretudo a partir do processo de incineração.

→ O **Ministro Carlos Minc** ponderou que economicamente é mais factível transformar o metano em biogás. Entretanto, isso não descarta a possibilidade de serem feitos estudos sobre a transformação do lixo em energia (incineração), o que atualmente exige subsídios, tal como ocorre na Europa.

→ O **Representante do Distrito Federal** indagou por que as licenças das térmicas não são compartilhadas com a União, ao invés de ser uma atribuição exclusiva dos estados da federação.

→ O **Ministro Carlos Minc** respondeu que isso vai na contramão do processo em curso de descentralização do licenciamento ambiental. Talvez essa possibilidade pudesse ser aplicável às térmicas a partir de determinado patamar de MWh a ser gerado. Contudo, essa uma decisão que deve ser aprovada no CONAMA com o voto dos estados.

→ O **Representante do Espírito Santo** destacou que existe um grande potencial eólico *offshore* no Espírito Santo, em torno de cinco vezes maior do que o *onshore*. No ES a lâmina d'água é de 20 metros e se estende por dezenas de metros da costa, o que facilita o aproveitamento eólico *offshore*. Solicitou ao Ministro que o IBAMA avalie esse tipo de licenciamento.

→ O **Ministro Carlos Minc** solicitou que o Espírito Santo formalize essa demanda para o IBAMA, que este órgão analise com "carinho" esse tipo de licenciamento, e que se for preciso, será criado um GT específico para avaliar o licenciamento *offshore* para energia eólica

→ O **Representante do Maranhão** comentou sobre o atraso no licenciamento ambiental de cinco hidrelétricas na Bacia do Parnaíba, demonstrando preocupação quanto a esses empreendimentos não serem qualificados em tempo hábil para o próximo leilão de energia.



Informou também que a zona de amortecimento de poços de gás situados na Bacia do Parnaíba está superdimensionada, o que prejudica o desenvolvimento de empreendimentos energéticos. Perguntou ao ministro como isso poderá ser solucionado.

→ O **Ministro Carlos Minc** prontamente consultou por telefone o presidente do IBAMA (Roberto Messias) e respondeu ao Secretário Ricardo Ferro como devem ser encaminhadas e solucionadas as pendências apontadas.

→ O **Representante do Maranhão** agradeceu ao Ministro e informou que existem duas fábricas de equipamentos eólicos no país. Estas exportam quase a totalidade de sua produção, visto que ainda não há mercado eólico no Brasil.

→ O **Ministro Carlos Minc** se comprometeu a levantar as principais informações sobre o potencial eólico brasileiro, e que as mesmas serão apresentadas na próxima reunião do CNPE.

→ O **Representante do Rio Grande do Sul** ressaltou que faltam estudos consistentes para avaliar a utilização do carvão do RS como energético, e que contemplem a compatibilização do uso dessa fonte de energia com as exigências da legislação ambiental brasileira.

→ O **Representante de Alagoas** sugeriu que o MMA incentive o desenvolvimento da energia eólica bem como programas de eficiência energética, sobretudo no segmento de transporte.

→ O **Representante do Rio Grande do Norte** propôs a criação de um banco de dados nacional contendo as medições de energia eólica. Citou várias ações que estão sendo desenvolvidas no RN com o objetivo de estimular a energia eólica. Dentre as quais, destacam-se:

- O RN está pronto para atender qualquer leilão de eólica, visto que conta com um potencial já medido de 20.000 MW;
- Existem 35 projetos cadastrados e que o estado está empenhado em combater a especulação imobiliária em torno dos terrenos disponíveis para instalações eólicas;
- O RN tem um grande potencial eólico *offshore* (a lâmina d'água tem 4 metros de profundidade e se estende por 20 quilômetros de extensão).

→ O **Representante do Tocantins** solicitou ao Ministro que avalie a possibilidade de serem realizados estudos visando facilitar e agilizar o licenciamento ambiental do Programa Luz Para Todos.

→ O **Representante de São Paulo** detalhou alguns pontos do projeto em curso no estado de São Paulo sobre a incineração do lixo.

→ O **Ministro Carlos Minc**, após ouvir as considerações dos participantes, propôs que seja realizado um ato público envolvendo o MMA, MME, Secretarias de Energia e a Academia, cujo objetivo será elencar os principais pontos que precisam ser implementados para alavancar a utilização da energia eólica no Brasil (simplificação do licenciamento ambiental, flexibilização do índice de nacionalização, desoneração tributária etc.), bem como demonstrar para a sociedade a importância dessa fonte energética para o país: desenvolvimento regional, geração de emprego e renda, contribuição para uma matriz energética limpa etc. Com resultado final dessa discussão, deverá ser elaborada a “**Carta dos Ventos**”.

→ O **Presidente do Fórum** agradeceu a participação do Ministro na reunião.



→ Após a saída do Ministro, **Adriano Pires** apresentou o tema “Cenários para Precificação do Petróleo de Gás Natural”. Suas principais considerações foram:

- Uma queda no crescimento da demanda global de energia conduzirá a preços menores de petróleo e de gás em 2009. No médio prazo, no entanto, espera-se uma recuperação dos preços de petróleo e gás natural devido ao fato da maior parte da atual produção mundial de petróleo ser proveniente das bacias maduras;
- O grande gargalo para a disseminação do uso da energia eólica é o seu preço elevado, em comparação às fontes convencionais;
- O Brasil precisa criar condições favoráveis para estimular o uso da energia eólica, tais como incentivos fiscais, marco regulatório e mecanismos para atrair investidores;
- No Brasil, a Petrobras aumentou em 55% o montante de investimentos previstos para o período 2009-13 em relação ao planejado para o período 2008-12;
- A Petrobras tentará adiar qualquer reajuste negativo nos atuais preços da gasolina e do diesel, pois isso significaria menos caixa para a empresa, dificultando ainda mais a realização dos investimentos previstos para 2009;
- A crise econômica produziu um crash. No entanto, os preços do petróleo não se manterão tão baixos por muito tempo;
- O preço do petróleo em torno de US\$ 50 a US\$ 60 o barril provocará queda de arrecadação nos Estados, em particular nos que dependem mais das participações governamentais em seus orçamentos
- Veículos elétricos híbridos: provável solução, porém ainda não é viável economicamente. Espaço para os biocombustíveis;
- Ponto chave será a volta da demanda por petróleo nos EUA e países emergentes. A China terá um papel fundamental.

Por razões de falta de tempo, não foi possível fazer a avaliação dos resultados do Programa Luz Para Todos, o que deverá acontecer na próxima reunião ordinária do Fórum.

### Ações Propostas

1. Aprofundar a discussão sobre a precificação do petróleo e do gás natural, convidando as seguintes instituições: Petrobras (Gás e Energia), ANP, MME e Comissão Parlamentar;
2. Convidar o MME para apresentar os resultados do Programa Luz para Todos;
3. Definir a pauta do Seminário de Eólica (coordenação da Secretaria de Energia do RN em conjunto com a Secretaria Executiva Fórum);
4. Realizar o Seminário de Energia Eólica em Natal – Rio Grande do Norte.